



CURSO DE EXTENSÃO

“PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO NO PODER JUDICIÁRIO – MÓDULO II”

ESCOLA JUDICIAL DO ESTADO DO PARÁ

BELÉM – PA



Assinado digitalmente por SYNTIA MARIA GUIMARAES ANGELIM(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.
Use 2089171.12205747-7948 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>
Documento gerado por TAIANA MARINA SOUZA LADEIRA *Data e hora: 19/04/2022 12:17



PAMEM201904078



1. IDENTIFICAÇÃO

Tema do Curso: “PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO NO PODER JUDICIÁRIO – MÓDULO II”

1.1. Natureza do Curso/Finalidade: Curso de Extensão.

1.3. Instituição de realização: Escola Judicial – Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

1.3.1. Local de realização do curso: Tv. Quintino Bocaiúva, 1404. Nazaré. Belém/Pará.
CEP: 66095-130

1.3.2 Contatos: (91) 3110-6827 / 3110-6810 / 3110-6835

1.4. Direção Geral da Escola: Desembargador Constantino Augusto Guerreiro

1.5. Data e forma de inscrição: 15 de fevereiro a 11 de março de 2019.

1.6. Data da realização: 11 a 15 de março de 2019.

1.7. Modalidade: Presencial.

1.8. Carga horária: 20h/a.

1.9. Público: Servidores e Magistrados do Poder Judiciário do Estado do Pará.

1.10. Número de vagas: 50 (cinquenta).

1.11. Número de turmas: 01 (uma).

1.12. Professor contratado: João Gustavo Gouveia Loureiro

1.13. Currículo Resumido do formador:

João Gustavo Gouveia Loureiro: Economista, Mestrando em Desenvolvimento Econômico Regional (PPGE/UFPA), Diretor Administrativo-Financeiro – Secretaria Municipal de Finanças (Belém/PA). Possui o Curso de Formação de Formadores da (ENFAM) FoFo, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Contatos: gustavogloureiro@gmail.com / (91) 98163-1110

1.14. Acesso à Bibliografia: Indicação da Coordenação do Professor do Curso; pesquisa na biblioteca da EJPA, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e sites eletrônicos.

2. JUSTIFICATIVA

A busca do fortalecimento e da modernização na gestão do Poder Judiciário deve ser referenciada aos próprios desafios que se apresentam à gestão pública contemporânea. Para isso, torna-se essencial a compreensão abrangente sobre a natureza do processo de mudanças, tanto as de caráter mais global, quanto as inerentes às especificidades do contexto brasileiro - e o seu impacto sobre o Estado e a governança.

No cotidiano dos servidores ligados às áreas de planejamento, administração e finanças há a necessidade de constante atualização dos conhecimentos teóricos e práticos



PAMEM201904078



das matérias orçamentária e financeira para uma gestão de qualidade. Nesse sentido, compreender a estrutura e o funcionamento do processo orçamentário e financeiro, os marcos legais que o orientam e aplicar as ferramentas técnico-gerenciais pertinentes é fundamental para potencializar a sua atuação profissional, de forma a contribuir para a otimização no uso e controle dos recursos públicos, com foco em resultados.

Adicionalmente e dada a importância que o planejamento estratégico vem alcançando no âmbito do poder judiciário, a formação nesse tema justifica-se como necessária a fim de balizar os conhecimentos e competências entre os integrantes das organizações. Nesse sentido e no intuito de atingir os propósitos institucionais de forma eficiente, as partes e o todo das organizações devem unir esforços e desenvolver competências que possibilitem alinhar o planejamento e a gestão estratégica ao processo orçamentário e financeiro.

3. OBJETIVO GERAL

Ao final do curso, os servidores e magistrados deverão planejar e gerir os recursos previstos na matriz orçamentária da organização, de acordo com as suas diretrizes estratégicas e com os instrumentos legais vigentes.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Desenvolver a matriz orçamentária da organização, de acordo com as suas diretrizes estratégicas de curto, médio e longo prazo;
- b) Aplicar os princípios e técnicas da gestão orçamentária e financeira no âmbito do setor público;
- c) Qualificar as receitas e despesas públicas, conforme as suas categorias funcionais vigentes;
- d) Implementar ferramentas de controle e avaliação da execução orçamentária/financeira e dos objetivos e metas propostos;

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I - Planejamento e Gestão Orçamentária: A integração entre o planejamento estratégico e o orçamento no Poder Judiciário - Tribunal de Justiça do Pará (TJPA); O desenvolvimento das peças orçamentárias – o processo e as técnicas; A gestão orçamentária e financeira do planejamento estratégico.



PAMEM201904078



UNIDADE II – O Controle e a Reprogramação do Orçamento Público: A classificação funcional de receitas e despesas; O monitoramento do orçamento alinhado à estratégia; A reprogramação do orçamento – instrumentos e limites legais.

6. PROPOSTA METODOLÓGICA

A metodologia a ser adotada será essencialmente ativa, privilegiando a participação dos alunos no processo de aprendizagem, em método de estudo horizontalizado, com foco em debates e na troca de experiências. Pretende-se que o aluno seja o elemento central/protagonista do processo de ensino-aprendizagem.

Serão utilizados métodos que primem pela participação dos cursistas, com momentos de interação e atividades colaborativas que permitam a aplicação das diretrizes da Escola Nacional de Formação e Aprimoramento de Magistrados (ENFAM). Para tanto, serão desenvolvidas estratégias que envolvam a problematização da realidade na qual os alunos estão inseridos, com o uso integrado de métodos expositivos, interrogativos e ativos, por meio dos quais possam atuar ativamente.

O professor, na função de facilitador, fornecerá plano de aula com atividades que prezem a interação entre a teoria e prática, com atividades e exemplos práticos que estimulem os alunos a produzirem novas sínteses e, desse modo, novos conhecimentos.

O curso será desenvolvido em 20 (vinte) horas-aula, divididas entre teoria e prática, sendo 8 (oito) horas-aula de maneira expositiva e dialogada, seguida de debates, e 12 (doze) horas-aula utilizando métodos ativos como: Phillips 66, Tríade, Células de Aprendizado e Solução de Problemas, que contemplarão os aspectos teóricos e práticos das matérias em questão. Deverá ser apresentada oportunamente nota de ensino para compreensão ampla da discussão, com enfoque interdisciplinar e com o objetivo de garantir o protagonismo do aluno no processo de aprendizado.

- **Aula expositiva dialogada:** exposição do conteúdo, com a participação ativa dos estudantes, cujo conhecimento prévio deve ser considerado e pode ser tomado como ponto de partida. Deve fornecer análise crítica, resultando na produção de novos conhecimentos.

- **Phillips 66:** atividade em grupo em que são feitas uma análise e uma discussão sobre temas/problemas do contexto dos estudantes. Pode também ser útil para obtenção de informação rápida sobre interesses, problemas, sugestões e perguntas.



PAMEM201904078



- **Tríade:** divisão da turma em trios, que farão a leitura do texto base e discutirão as principais ideias apresentadas. O trio escolhe um membro para expor as ideias debatidas à turma e refletir como o tema encontra-se presente em seu cotidiano. Por fim, como forma de avaliação, o professor e a turma produzem uma síntese do que foi discutido na dinâmica, enfatizando a importância dos temas abordados para o exercício profissional do grupo.

- **Células de Aprendizado:** trata-se de um par de estudantes se revezando para fazer e responder perguntas referentes ao tema discutido em sala de aula, que pode ser exibido em vídeos e textos. Durante o exercício o facilitador circula pela sala oferecendo *feedback* aos estudantes.

- **Solução de Problemas:** é o enfrentamento de uma situação nova, exigindo pensamento reflexivo, crítico e criativo a partir dos dados expressos na descrição do problema; demanda a aplicação de princípios e leis que podem ou não ser expressas em fórmulas matemáticas. A avaliação é focada no decorrer da solução do caso e na apresentação final pelo grupo.

7. ESTRUTURA DO CURSO

Dia/Horário	Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	CH	Metodologia	Avaliação de Aprendizagem
11/03/19 15:00 – 18:30 (intervalo: 10 min)	a) Desenvolver a matriz orçamentária da organização, de acordo com as suas diretrizes estratégicas de curto, médio e longo prazo;	Unidade I - Planejamento e Gestão Orçamentária: A integração entre o planejamento estratégico e o orçamento no Poder Judiciário - Tribunal de Justiça do Pará (TJPA); O desenvolvimento das peças orçamentárias – o processo e as técnicas.	4h/a	Aula expositiva dialogada, seguida de debates – 2h/a; Phillips 66 – 2h/a.	Phillips 66, participação e registro reflexivo.



PAMEM201904078



12/03/19 15:00 – 18:30 (intervalo: 10 min)	a) Desenvolver a matriz orçamentária da organização, de acordo com as suas diretrizes estratégicas de curto, médio e longo prazo; b) Aplicar os princípios e técnicas da gestão orçamentária e financeira no âmbito do setor público;	Unidade I - Planejamento e Gestão Orçamentária: O desenvolvimento das peças orçamentárias – o processo e as técnicas; A gestão orçamentária e financeira do planejamento estratégico.	4h/a	Aula expositiva dialogada, seguida de debates – 2h/a; Tríade – 2h/a.	Tríade, participação e registro reflexivo.
13/03/19 15:00 – 18:30 (intervalo: 10 min)	b) Aplicar os princípios e técnicas da gestão orçamentária e financeira no âmbito do setor público; c) Qualificar as receitas e despesas públicas, conforme as suas categorias funcionais vigentes;	Unidade I - Planejamento e Gestão Orçamentária: A gestão orçamentária e financeira do planejamento estratégico. Unidade II – O Controle e a Reprogramação do Orçamento Público: A classificação funcional de receitas e despesas;	4h/a	Aula expositiva dialogada, seguida de debates – 2h/a; Phillips 66 – 2h/a;	Phillips 66, participação e registro reflexivo.
14/03/19 15:00 – 18:30 (intervalo: 10 min)	d) Implementar ferramentas de controle e avaliação da execução orçamentária/financeira e dos objetivos e metas propostos;	Unidade II – O Controle e a Reprogramação do Orçamento Público: O monitoramento do orçamento alinhado à estratégia; A reprogramação do orçamento – instrumentos e limites legais.	4h/a	Aula expositiva dialogada, seguida de debates – 2h/a; Células de Aprendizado – 2h/a;	Células de Aprendizado, participação e registro reflexivo.
15/03/19 15:00 – 18:30 (intervalo: 10 min)	d) Implementar ferramentas de controle e avaliação da execução orçamentária/financeira e dos objetivos e metas propostos;	Unidade II – O Controle e a Reprogramação do Orçamento Público: A reprogramação do orçamento – instrumentos e limites legais.	4h/a	Solução de Problemas – 4h/a.	Solução de Problemas.

8. BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Manual Técnico de Orçamento – MTO**. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Secretaria de Orçamento Federal. Edição 2018. Brasília, 2017. Disponível em: < http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/informacoes-orcamentarias/arquivos/MTOs/mto_atual.pdf/view>.

FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICO (ENAP). **Gestão da Estratégia com uso do BSC**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1123/1/M%C3%B3dulo_4.pdf>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). **Orçamento Público a seu alcance (Manual de Orçamento Público)**. Brasília, 2006.



Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/textos/cartilhas-e-manuais-1/o-orcamento-publico-ao-seu-alcance>>.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Orçamento público e administração financeira e orçamentária e LRF** – 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Disponível em: <<http://le-livros.com/wp-content/uploads/2017/09/Orcamento-Publico-e-Administrac-Augustinho-Paludo.pdf>>.

SINDICATO NACIONAL DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (SINDAPP). **Construção do Planejamento e Gestão Estratégica: Manual aplicado às entidades fechadas de previdência complementar.** São Paulo: Icsc Sindapp, 2007. Disponível em: <<http://www.abrapp.org.br/Documentos%20Pblicos/PlanejamentoGestaoEstrategicaMai07.pdf>>.

9. AVALIAÇÃO

As avaliações serão realizadas de acordo com as diretrizes traçadas pela ENFAM, constantes no Anexo B da Resolução 07, de 07 de dezembro de 2017.

O processo avaliativo será realizado a partir da integração das funções diagnóstica, formativa e somativa, visto ser considerado um processo dinâmico e presente em todos os momentos das ações educativas e, desse modo, permitindo o desenvolvimento de uma aprendizagem reflexiva.

No entanto, será adotada a função formativa da avaliação como concepção inspiradora para as práticas educativas, pois esta atribuição perpassa todo o processo pedagógico, além de primar pela valorização e encorajamento dos avaliados e avaliadores de forma ética, responsável, humanista e emancipadora a partir da perspectiva da confluência de critérios, de valores éticos e na busca da qualidade nos processos de ensino e aprendizagem.

Considerando o direcionamento proposto pela ENFAM, a avaliação como prática formativa (processual) será realizada por meio da articulação das seguintes modalidades: **avaliação da aprendizagem, avaliação da ação educacional (avaliação de reação), avaliação do desempenho do formador (docente), avaliação institucional e a avaliação de impacto.**

Serão elaboradas orientações assertivas com o foco nas regulações das aprendizagens (*feedback*) a fim de fornecer informações sobre o processo de ensino-aprendizagem, para qualificar e melhorar o resultado das práticas educativas.



PAMEM201904078



A) Avaliação da Aprendizagem – Tipos, Critérios e Prazos:

A avaliação será realizada durante todo o processo de aprendizagem, conforme especificado abaixo:

- Participação do aluno nas discussões em sala (2,0);
- Atividades em grupo (3,0);
- Solução de Problemas – Avaliação Final (5,0).

Consiste, também, na aferição dos seguintes elementos da conduta discente:

1. Assiduidade;
2. Pontualidade;
3. Relacionamento Interpessoal;
4. Interesse;
5. Participação (atividades presenciais).

O resultado da avaliação a respeito do desempenho dos cursistas será expresso pelos seguintes parâmetros numéricos e conceitos:

- 0,0 – 4,9: INSUFICIENTE;
- 5,0 – 6,9: REGULAR;
- 7,0 – 8,9: BOM;
- 9,0 – 10,00: EXCELENTE

- Atividade para Avaliação Final:

O aluno, ao final do curso, realizará a **Solução de Problemas**. Para a análise do caso, deverá proceder da seguinte forma:

- Identificar o problema apresentado, relacionado com um dos temas abordados no curso, de forma que tenha vínculo com a atividade profissional;
- Descrever as principais alternativas encontradas para a solução do caso;
- Analisar, criticamente, a solução encontrada para o problema, apontando as vantagens e desvantagens de cada tipo de solução possível;
- Posicionar-se em relação a uma das alternativas encontradas para a solução do caso, desenvolvendo, do ponto de vista da efetividade do trabalho, os fundamentos para a solução do problema.

- Critérios de Avaliação da Atividade Final:



PAMEM201904078



A avaliação da Solução de Problemas caso será expressa pelos seguintes parâmetros numéricos e conceitos:

0,0 – 4,9: INSUFICIENTE;

5,0 – 6,9: REGULAR;

7,0 – 8,9: BOM;

9,0 – 10,00: EXCELENTE

- **Definição dos Prazos:**

As atividades serão realizadas em sala de aula, no decorrer do curso.

B) Avaliação de Reação (Avaliação do Curso pelos Cursistas):

Sobre a avaliação do **curso pelos cursistas**, será realizada com base nos seguintes quesitos:

- a) O conteúdo ministrado satisfaz à expectativa de sua utilização para a atividade profissional?
- b) A carga horária do curso foi satisfatória?
- c) As técnicas tratadas no curso satisfazem às exigências diárias de exercício funcional dos servidores?
- d) O material utilizado permitiu aos cursistas acompanharem as aulas e assimilarem adequadamente os assuntos tratados?

Em face de cada quesito, a avaliação será expressa nos seguintes conceitos:

- (1) totalmente satisfeito;
- (2) satisfeito;
- (3) insatisfeito;
- (4) totalmente insatisfeito.

C) Avaliação do Desempenho do Formador:

Sobre a avaliação do **ministrante pelos cursistas**, será realizada com base nos seguintes quesitos:

- a) A exposição acerca do aspecto prático e do conteúdo foi clara e assimilável?
- b) O ministrante cumpriu o conteúdo programático do curso de forma satisfatória?
- c) Houve boa integração entre os cursistas e o ministrante?

Em face de cada quesito, será expressa da seguinte maneira:

- (1) totalmente satisfeito;



PAMEM201904078



- (2) satisfeito;
- (3) insatisfeito;
- (4) totalmente insatisfeito.

D) Avaliação Institucional:

Sobre a avaliação **da instituição pelo ministrante e pelos cursistas**, será realizada com base nos seguintes quesitos:

- a) As instalações foram satisfatórias às atividades?
- b) O material disponibilizado foi adequado às aulas?
- c) Os instrumentos de informática funcionaram de modo satisfatório no decorrer das aulas?
- d) O planejamento atendeu aos objetivos do curso?
- e) O desempenho da coordenação do curso foi satisfatório?

Em face de cada quesito, será expressa da seguinte maneira:

- (1) totalmente satisfeito;
- (2) satisfeito;
- (3) insatisfeito;
- (4) totalmente insatisfeito.

E) Avaliação de Impacto:

Será realizada para demonstrar os resultados e impactos da formação realizada. Analisa, portanto, o comportamento na atividade profissional, verificando se o cursista está aplicando o que foi apreendido durante a ação educativa. O nível de mudança organizacional, por sua vez, identifica as alterações que podem ter ocorrido no desempenho da organização, em decorrência das ações educacionais realizadas e da consequente aplicação do conteúdo apreendido (ENFAM – Resolução 07/2017).

Portanto, a avaliação que será proposta analisará a efetividade dos conhecimentos aprendidos no curso dentro do ambiente de trabalho, por meio de formulário próprio, que será aplicado 30 dias após o término do curso e deverá conter critérios específicos da matéria em questão.

A prática pedagógica para a realização da avaliação de impacto deverá conter os seguintes critérios apoiados em uma ação de registro reflexivo com respostas aos seguintes quesitos:

- a) Quais teorias, métodos e técnicas aprendidas durante o curso estão sendo utilizadas nas ações cotidianas de trabalho?



PAMEM201904078



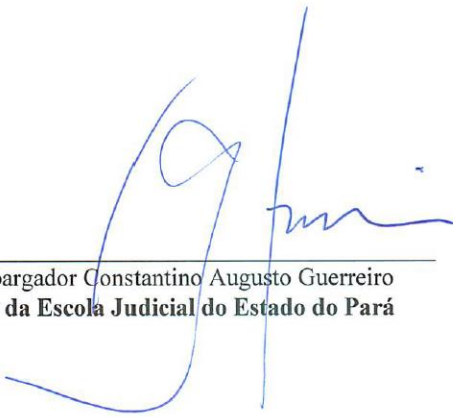
- b) Quais práticas assimiladas durante o curso podem ser observadas no trabalho ligado ao Planejamento e ao Orçamento do TJPA?
- c) Faça uma crítica/autocrítica revelando de forma sucinta o que aprendeu de mais relevante ou o que deixou de aprender durante o curso, necessário às vossas atividades profissionais.

A partir dos resultados das avaliações, serão percebidas as inovações e as mudanças produzidas nas diversas instâncias das atividades cotidianas dos servidores do TJPA que realizaram o curso.

10. CRITÉRIOS PARA CERTIFICAÇÃO

O conceito mínimo necessário à certificação do curso é REGULAR. Além disso, os cursistas deverão ter a frequência obrigatória de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas.

Belem, 29 de janeiro de 2019


Desembargador Constantino Augusto Guerreiro
Diretor da Escola Judicial do Estado do Pará



PAMEM201904078

